

Disputas na construção de uma política nacional de cultura: emoções, rumores, piadas e política¹

Lorena Avellar de Muniagurria (PPGAS-USP/São Paulo)

Palavras-chave: políticas culturais; Ministério da Cultura; espaços participativos

Introdução

“Lorena, por acaso ontem eu falei com todas as letras que acho a ministra burra?!” Essa pergunta me foi feita por um representante da sociedade civil, integrante de um espaço participativo institucionalizado na área da cultura, no dia seguinte a uma entrevista gravada que ele me concedera. Aquele havia sido nosso primeiro encontro presencial. Anteriormente, já havíamos trocado algumas mensagens eletrônicas, e contávamos com alguns conhecidos em comum, que haviam nos colocado em contato. Nesse contexto bastante formal, onde – vou chamá-lo Ariel – conversava com uma pesquisadora que ainda lhe era estranha, ele não havia dito “com todas as letras” que achava a então ministra de cultura, Ana de Hollanda, burra: ele descrevera diversos embates travados com a ministra, e avaliara que lhe faltaria a habilidade política necessária para conduzir adequadamente as negociações e disputas próprias ao cargo, particularmente aquelas entre sociedade civil e governo.

Mais do que a preocupação em ter, despercebidamente, expressado sua opinião de forma que poderia ser considerada muito direta e ofensiva, essa pergunta pareceu-me, na verdade, o inverso: uma maneira de, em um contexto mais informal, retomar o assunto e dar vazão à sua opinião em forma mais pessoal e, por que não dizer, apaixonada. Estávamos agora em uma situação muito diversa à da entrevista: um evento cultural e artístico para o qual Ariel fora convidado como palestrante, onde encontrava-se com amigos e com outros artistas e produtores culturais, e em meio às típicas conversas informais que antecedem o início de uma palestra. Eu já conhecia vários desses seus amigos há algum tempo, de maneira que, distintamente do dia anterior, eu compartilhava do burburinho e estava integrada a um grupo de pessoas que ele identificava como pares.

Essa foi apenas uma das diversas ocasiões em que críticas à gestão e à pessoa da então Ministra de Cultura surgiram durante os trabalhos de campo exploratório que

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

realizei entre 2011 e 2012, em diversas cidades do país, para minha pesquisa de doutorado.² Sem nunca terem sido estimuladas ou questionadas por mim, referências e críticas a essa gestão surgiram em todas as situações de campo que envolviam pessoas ligadas aos espaços participativos da área da cultura que eu começava a acompanhar – refiro-me ao Conselho Nacional de Políticas Culturais/CNPC e aos seus então dezessete Colegiados Setoriais, que apresentarei mais detidamente adiante. De fato, a gestão Ana de Hollanda sofreu inúmeras e severas críticas, desde o início de seu mandato, por parte de vários setores das classes artísticas e culturais. Apesar do descontentamento ter sido bastante generalizado, ele foi especialmente profundo entre representantes da sociedade civil que participavam dos espaços institucionais de diálogo com o governo.

Neste trabalho, a partir das críticas proferidas particularmente por pessoas envolvidas nos espaços participativos vinculados ao Ministério da Cultura brasileiro/MinC, pretendo discutir o papel que emoções, paixões e revoltas desempenharam nos processos de engajamento político que pude observar. Veremos que eles foram base tanto para a *desmobilização* por parte de alguns militantes da área cultural, quanto para o *engajamento e resistência* por parte de outros. Tomando por objeto de reflexão brincadeiras, piadas e comentários que presenciei ou que li em redes sociais e grupos de discussão na internet, pretendo ensaiar algumas linhas sobre o significado das críticas feitas à Ana de Hollanda e sobre a relação entre emoções, práticas e narrativas acerca das políticas culturais. Cabe mencionar que a complexidade dos temas aqui levantados, além do fato de alguns desses temas serem apenas tangenciais à pesquisa que desenvolvo, fazem com que este trabalho seja, necessariamente, parcial e incompleto; mais um exercício que permita construir certas questões e iluminar alguns problemas que possam orientar observações e reflexões futuras do que uma busca de respostas mais conclusivas.

A seguir, em um primeiro tópico, procuro situar a gestão Ana de Hollanda de modo a reconstituir o contexto em questão e trazer alguma inteligibilidade às disputas que se deram em torno dela. Em seguida, analiso algumas manifestações em relação à ex-ministra, procurando mostrar como as críticas apaixonadas contra a ex-ministra falam não apenas de sentimentos e posições pessoais, mas sim de uma disputa social em torno de entendimentos e modelos de cultura, política cultural, Estado e sociedade civil.

² Trata-se da pesquisa de doutorado "As políticas da cultura: espaços participativos e construção de uma política nacional de cultura", desenvolvida no PPGAS/USP sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Peixoto e com apoio da FAPESP.

Ana de Hollanda e o “retrocesso” no MinC: emoções, rumores, piadas e política

Quem conhece as atuações públicas de Ariel sabe que, mesmo quando crítico e incisivo, ele costuma ser muito hábil, ponderado e elegante em suas formulações, depoimentos e avaliações sobre processos e pessoas presentes no cenário das políticas culturais. Como interpretar que alguém como ele tenha feito o comentário que abre este trabalho, ainda mais para uma pessoa que lhe era praticamente desconhecida naquele momento? É certo que personalidades públicas são frequentemente alvo de piadas e impropérios e motivam posicionamentos apaixonados (Filho, 2000). Contudo, Ana de Hollanda motivou manifestações de uma maneira especial. Não apenas anônimos em listas de internet, amigos em mesas de bar, mas inclusive pessoas reconhecidas fizeram críticas públicas à gestão e à pessoa Ana de Hollanda. Se houve manifestações cuidadosas em relação aos termos e argumentos escolhidos – tal como as diversas cartas de repúdio à gestão da ministra –, houve também outras menos cuidadosas ou polidas. Lembro, aqui, o comentário do sociólogo Emir Sader, inicialmente cogitado para assumir a direção da Fundação Casa Rui Barbosa, vinculada ao MinC, e que foi substituído após declarar em entrevista que a ministra era “meio autista” (Folha, 2011a); ou ainda a declaração do antecessor na pasta, Juca Ferreira, que afirmou também em entrevista que a gestão de Ana de Hollanda era “um desastre” (Folha, 2011b). Ana, portanto, não apenas motivou críticas: ela despertou paixões. O que essas críticas significam? Podem elas dizer alguma coisa sobre o momento que se vivia então nas políticas culturais no Brasil?

Para que elas não sejam “elocuções desencarnadas” (Das, 2011, p. 19) e para que possamos enfrentar “os problemas de interpretação” próprios às piadas, trocas humorísticas e fofocas (Fonseca, 2000, p. 138), é necessário introduzir o contexto de enunciação. Segundo a antropóloga Claudia Fonseca, esse tipo de enunciado “só se torna inteligível quando analisado enquanto 'ato de palavra' (*speech event*) mediante o qual o locutor realiza e se apropria da língua numa situação particular de intercâmbio”, restituindo o contexto social de troca (Fonseca, 2000, p. 139). Assim também, contextualizar pode ser um recurso disponível para pensar não apenas em termos de indivíduos mas também de categorias, permitindo ir além das ideias de individualidade, subjetividade ou intencionalidade que frequentemente circundam as discussões sobre emoções. O que motivou tanta aversão a Ana de Hollanda? Mesmo que muitas das

críticas tenham sido dirigidas à pessoa de Ana (pois não eram apenas avaliações sobre sua gestão, mas sobre sua competência, seu caráter e sua inteligência), o que isso revela das categorias em jogo? Qual o jogo – ou disputa – que estava em questão? Se lembrarmos que o uso de rumores, fofocas e piadas é um recurso especialmente propício para a construção de identidades, filiações e fronteiras grupais (Das, 1998; Filho, 2000; Fonseca, 2000; Gluckman, 1963), cabe ainda perguntar quais categorias estavam sendo (re)criadas, e quais filiações eram acionadas ou (re)construídas através desses comentários? De imediato, é necessário declarar que as críticas eram múltiplas, assim como seus emissários, e que neste artigo me concentrarei nas manifestações feitas por pessoas que estão ligadas aos espaços participativos institucionalizados do MinC.

Contextualizar, neste caso, implicará em dois movimentos: de um lado, reconstruir a situação imediata de enunciação; de outro, situar o cenário mais geral que, nos termos de Veena Das (1999), podemos chamar de “campo de força da história”. No caso das críticas a Ana de Hollanda, esse campo de força tem como elemento central o contraste estabelecido entre sua gestão e as de Gilberto Gil (2003-2006) e Juca Ferreira (2007-2010), seus antecessores e ministros durante os governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva. A seguir, veremos estar frente à construção de narrativas sobre as políticas culturais brasileiras e, em última instância, sobre a nação, com as quais as histórias particulares de Ana de Hollanda, de Ariel e do CNPC interagem.

Ana de Hollanda foi ministra da cultura entre janeiro de 2011 e meados de setembro de 2012 quando, após uma gestão marcada por grandes críticas e inúmeros problemas, foi afastada e substituída por Marta Suplicy, em meio a uma série de versões e rumores de porque, apesar do alto grau de insatisfação com seu ministério, ela não “caíra” antes e de porque “caíra” agora. Algumas versões que ouvi atribuíam sua permanência à crise que o governo Dilma atravessou desde meados de seu primeiro ano de mandato (2011) quando uma série de denúncias e suspeitas de corrupção e irregularidades levou a presidente a substituir vários ministros em um curto período de tempo. Segundo essa versão, dada a pouca relevância política da área cultural, manter Ana no cargo, apesar das críticas, teria um custo político menor que somar mais uma demissão há já extensa lista de ministros depostos.³ Outras explicações apontavam para lobbys de grupos econômicos multinacionais que teriam seus interesses representados e

³ Sobre a mudança de ministros no governo Dilma, ver, entre outras possíveis, matéria em O Globo (2012b): foram sete saídas entre junho e dezembro de 2011, e cinco entre janeiro e março de 2012. Ana de Hollanda, assim, foi o 13º ministro a ser substituído em menos de dois anos de governo.

defendidos por Ana de Hollanda – em especial, apresentava-se como indício disso o “retrocesso” da nova gestão nas áreas de direitos autorais e de cultura digital. Sobre sua queda, ouvi duas principais interpretações. Uma, mencionava que ela teria caído por conta da publicização de uma carta na qual criticava o orçamento destinado à pasta.⁴ A outra, aparentemente mais difundida e aceita, apontava que a entrega do Ministério à senadora Marta Suplicy fez parte de um acordo para garantir seu apoio à campanha de Fernando Haddad, então candidato petista à prefeitura da cidade de São Paulo.

Como bem indicado por Das (1998) e Trajano Filho (2000), é muito difícil saber o que de um rumor é fato ou não. Contudo, essa não é a questão que procuro responder: interessa-me mais o consenso, entre os representantes da sociedade civil envolvidos nas políticas públicas de cultura, em relação à completa insatisfação com a condução do Ministério. É impossível entender essa insatisfação sem, minimamente, situar o impacto e o reconhecimento que as duas gestões anteriores tiveram. Os ministérios de Gilberto Gil (2003-2006) e de Juca Ferreira (2007-2010), durante os governos Lula, são frequentemente apontados como os melhores já existentes na área. Neles, ocorreu uma reestruturação do MinC, com uma série de inovações que incluíram reformas institucionais, criação de novos projetos e programas, instauração de espaços participativos para consulta à sociedade civil, além da estruturação de uma ampla rede de mobilização social em torno das políticas de culturais.⁵ Os pesquisadores do tema são cautelosos em afirmar tratar-se de uma ruptura (o que foi defendido por integrantes do governo), mas são unânimes em dizer que há mudanças: passagem do foco da cultura erudita e de elite para dimensões mais amplas; valorização da diversidade; proposição de cultura como direito e cidadania; surgimento de espaços participativos e esforços de institucionalização efetiva de um sistema nacional de políticas culturais (Barbalho, 2007; Botelho, 2007; Calabre, 2007 e 2009; Rubim, 2006 e 2007).⁶

⁴ Ver, por exemplo, matéria publicada no Globo (2012a).

⁵ É importante ressaltar que o aparente consenso em relação à excepcionalidade dessas gestões no MinC não exclui a existência de críticas e a percepção de que houve diversas falhas e pontos que poderiam ter sido melhor trabalhados.

⁶ A impressão de novidade é dada especialmente pela contraposição das gestões durante os governos Lula com os momentos anteriores. O quadro geral das políticas culturais no Brasil é comumente descrito como o de frequentes autoritarismos, instabilidades e instrumentalização da cultura pelo Estado (Barbalho, 2007; Botelho, 2007; Calabre, 2009; Cohn, 1984; Miceli, 1984; Ortiz, 1985). Os momentos comumente destacados como mais relevantes nessa história são: o período Vargas (1930-1945), o regime ditatorial civil-militar (1964-1985), os governos de FHC (1994-2002) e as gestões Lula (2003-2010). Os dois primeiros são descritos como ocasiões de forte presença do Estado no campo da cultura, com a criação de diversas instituições e projetos, mas marcados por um caráter autoritário e conservador (Barbalho, 2007; Botelho, 2007; Cohn, 1984; Miceli, 1984; Ortiz, 1985). Em

Para a discussão colocada neste artigo, de todas essas novidades, a ampliação do diálogo com a sociedade civil é especialmente importante. O caráter participativo e negociado desse processo é, até onde pude constatar, um consenso, sendo aceito tanto por pesquisadores que se debruçaram sobre o tema quanto por representantes da sociedade civil que participaram do processo. Os fóruns de participação institucional vinculados diretamente ao MinC (quais sejam, o CNPC, seus Colegiados Setoriais e as Conferências de Cultura) não foram os únicos espaços de diálogo criados, mas certamente foram centrais. A partir deles, estruturou-se uma rede ou sistema de espaços participativos, com a replicação do modelo de gestão participativa instaurado no nível federal em municípios e estados, onde foram criados conselhos estaduais e municipais de cultura, planos municipais e estaduais de cultura, e onde foram realizadas também conferências municipais e estaduais de cultura.⁷

É verdade que conselhos e conferências de cultura existem desde o período da ditadura civil-militar (Calabre, 2010; Cohn, 1984; Gohn, 2001; Miceli, 1984; Rubim, 2010; Tatagiba, 2010). Contudo, há de se considerar a especificidade e o novo papel dos fóruns criados a partir dos anos 2000. Os conselhos e conferências instituídos entre 1960 e 1980 eram integrados por poucas pessoas, em geral “notáveis” escolhidos diretamente pelo chefe do executivo, sem portanto contarem com participação popular. Segundo Tatagiba, é a Constituição de 1988 que “redefine a posição e função dos conselhos a partir de uma nova arquitetura jurídico-política que lhes conferiria maior legitimidade, força e permanência”, de modo que eles passam a ser “peças centrais no processo de reestruturação das políticas, legitimados pelos novos princípios constitucionais *da participação e da descentralização político-administrativa*” (Tatagiba, 2010, p. 30. Destaques meus). Esse novo modelo de democracia participativa

relação ao terceiro momento, dos governos de FHC, é destacado seu caráter neoliberal, que franqueou a diminuição da presença do Estado na elaboração e no financiamento de políticas para a cultural, resultando no predomínio de leis de incentivo fiscal e de ações da iniciativa privada (Calabre, 2009). O quarto e último período, dado já com as gestões Lula, é apontado como momento de retomada da presença do Estado no campo cultural, com a referida reestruturação do MinC. Para algumas leituras e avaliações das gestões do Ministério da Cultura durante os governos Lula, ver Barbalho (2007), Botelho (2007), Calabre (2007 e 2009) e Rubim (2007).

⁷ Segundo levantamento oficial de 2014, os 26 estados da União já tinham aderido ao Sistema Nacional de Cultura, assim como o Distrito Federal e 2.551 dos municípios brasileiros – portanto, 45,8% do total. O principal requisito para a adesão de uma unidade federativa ao Sistema é a da construção do que se convencionou chamar, informalmente, de *CPF da cultura*: conselho, conferência, plano e fundo de cultura. Dado não existir informação sistematizada sobre o número de estados e municípios que já criaram seus respectivos sistemas de cultura, o total de adesões ao Sistema pode ser tomado como indicador do alcance que o modelo de gestão proposto pelo MinC alcançou.

instituiu-se primeiramente em áreas como Saúde, Criança e adolescente, e Assistência social, que acumulam mais de duas décadas de experiência com conselhos gestores e espaços participativos. Na cultura, como vemos, esse processo é mais recente. Nos níveis estaduais e municipais, as experiências são diversas mas, de modo geral, a criação de conselhos e a realizações de conferências municipais e estaduais seguiu-se à referida reestruturação do MinC.⁸

Foi em relação a esse panorama de inovações e de “amplo diálogo” que a gestão Ana de Hollanda veio a ser lida e vivida por muitos como um “retrocesso”. Mais do que isso, ela foi considerada um indício da fragilidade e da ainda “fraca institucionalização” da relação de diálogo e das ações e políticas criadas nos governos Lula. Ironicamente, no momento em que este sistema era replicado nas esferas municipal e estadual, o Conselho Nacional de Cultura vivia uma profunda crise. A demora em realizar as reuniões ordinárias do Conselho, assim como os atrasos e a metodologia escolhida para o processo eleitoral que renovaria os Colegiados Setoriais (que contrariavam as deliberações e resoluções já acordados) foram percebidos como atos intencionais motivados pelo desejo pessoal da ministra de “esvaziar” o CNPC e os espaços participativos.

Verdades, categorias e narrativas em disputa nas críticas a Ana de Hollanda

As paixões e revoltas que presenciei devem ser lidas tendo esse “campo de força” como contexto. *Tristeza, decepção, frustração, desânimo, ilusão, esperança e ceticismo* – termos e sentimentos que povoaram meus trabalhos de campo – foram motivações fundamentais para ações e fatos diversos: tanto para a “desmobilização” por parte de uns, quanto pelo “engajamento” e “resistência” por parte de outros. Os sentimentos despertados por Ana de Hollanda nos conselheiros e representantes da sociedade civil pesquisados mostram como as emoções são fenômenos complexos, enraizado em diferentes níveis, que extrapolam em muito a esfera individual ou subjetiva e que têm implicações diretas sobre relações e a vida social.

Discutir emoções a partir de uma abordagem antropológica significa evitar tratá-las como fenômeno estritamente subjetivo e retirá-las da ordem do privado.

Emoções são um construto histórico-cultural e, mais do que isso, são também um

⁸ O Conselho Nacional de Políticas Culturais, órgão colegiado integrante da estrutura básica do MinC, foi reestruturado em 2005. A primeira Conferência Nacional de Cultura com ampla participação popular foi realizada no mesmo ano, seguindo-se a segunda em 2010 e a terceira em 2013.

recurso de (re)construção de relações, estruturas e identidades sociais. Portanto, são também modos de ação (Lutz & White, 1986, p.420; Rezende & Coelho, 2010, pp.78 e 79). Como idiomas ou linguagens que são (Lutz; White, 1986), as emoções dizem algo; e uma vez que dizer e fazer (Peirano, 2002), as emoções também fazem algo. É por isso que elas são capazes de realizar o trabalho “micropolítico” de dramatização, reforço e, inclusive, de alteração das “macrorrelações sociais” (Rezende; Coelho, 2010). No que implica, então, no contexto aqui discutido, lançar mão de um idioma emocional para falar – e fazer – política cultural? Voltemos ao material etnográfico para tentar responder essa pergunta.

Ariel fez sua pergunta teatralizando um sussurro; porém, o fez em tom audível por, pelo menos, uma amiga em comum que estava sentada entre nós. Como já apontei anteriormente, seu sussurro parecia indicar menos o desejo de não ser ouvido e mais o de estabelecer um pacto, uma comunhão: a partilha dessa informação. Referências à gestão Ana de Hollanda foram sempre muito presentes e mobilizavam muito as pessoas. Juntamente a descrições e relatos sobre sua atuação, os conselheiros e delegados falavam sempre em decepção, tristeza, frustração e, às vezes, em indignação e ingenuidade. Faziam questão de enfatizar que a gestão era “péssima”, que era um “retrocesso” em diversas frentes de trabalho do MinC, e que “apesar de ser irmã do Chico Buarque”, Ana não era uma boa gestora cultural. Nas brincadeiras e comentários sobre a pessoa da ministra, era frequente a contraposição da sua figura à de seu famoso irmão, Chico Buarque, ou à de seu pai, Sérgio Buarque de Holanda. Era comum, por exemplo, que começassem com “*Apesar de ser irmã do Chico Buarque...*”, ou “*Ela é irmã do Chico Buarque, mas...*”. Em círculos de intelectuais, também era frequente referências ao seu pai, estabelecendo um contraste entre a “genialidade” deste e a suposta “mediocridade” da filha, com menções a que Sérgio Buarque deveria estar “se revirando no caixão”.

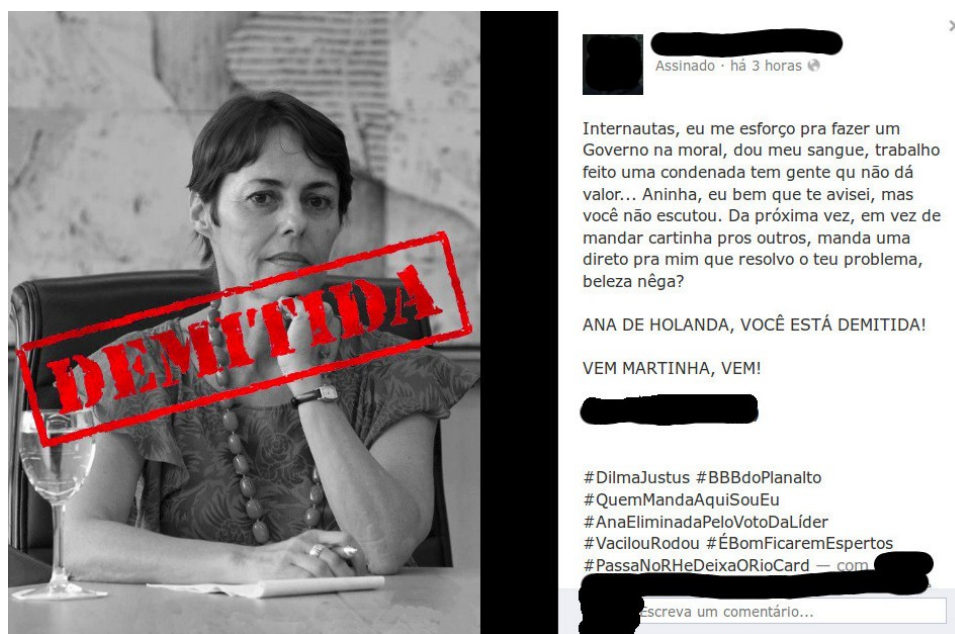
Também quando de sua destituição, foram muitas as manifestações. Logo que foi anunciada sua provável demissão, surgiram inúmeros comentários em grupos do Facebook dedicados à discussão sobre políticas culturais. Alguns exemplos são: “*Dedos cruzados. Mudando roda outras cabeças... é uma esperança*”; ou “*Espero que seja a última audiência dela com a Presidenta.*” Quando a demissão foi anunciada, seguiram-se majoritariamente comemorações: “*é com alegria que informo que após um ano e*

meio de lutas das classes culturais no Brasil, Ana de Hollanda caiu”; ou “Como a Ana demorou tanto pra cair?”; e ainda “foi tarde...”. O tom jocoso foi uma recorrência. Considero duas postagens especialmente representativas desse tom e particularmente interessantes por articularem, em meio à piada, informações e avaliações mais sérias sobre a gestão do Ministério. A primeira, é um post escrito:

A justiça divina, tarda, mas não falha.. a falta de liderança no MINC neste último ano e meio afetou todas as agendas políticas da cultura, sofrendo enorme retrocesso. Enquanto estávamos lamentando, lambendo as feridas, clamando aos Deuses por justiça, o universo conspira em nosso favor.. reclamamos aos Deuses das redes cibernéticas, sem no entanto bradar contra eles, que nos reconheceram em nossos clamores e causas justas, e na emergência, na hora do desespero, a calamidade instalada, surge a Santa Providência Divina, na verdade Dilma! Eis que vem uma mensagem do além, vinda do Gabinete da presidência. “Caia Ana cheia de graça e suba Marta soberana da casa” Nos abençoaram, acabaram com a brincadeira, que venha a ordem, mas que venha junto o amor, paz, justiça e diálogo...

Na segunda postagem que selecionei, uma imagem acompanha o comentário escrito, como pode ser visualizado na Figura 1.

FIGURA 1: Post comentando a demissão de Ana de Hollanda – setembro de 2012



Fonte: Facebook, retirado de um grupo de discussão sobre políticas culturais.

Nessas duas postagens, o desejo de tripudiar é explícito: na primeira, ideia de deuses cibernéticos foi utilizada para construir uma caricatura do que seria um discurso de tom religioso. Mas trata-se de uma paródia que operacionaliza a familiaridade e o conhecimento do “estado da arte” das discussões acerca de políticas culturais de então, pois a mensagem fazia uma avaliação política da gestão Ana de Hollanda utilizando ideias que tantas vezes identifiquei em discursos e textos produzidos por conselheiros da sociedade civil: falta de liderança, comprometimento das agendas da cultura, enorme retrocesso. A segunda postagem, por sua vez, lançou mão do artifício de dar voz a Ana de Hollanda, parodiando suas queixas de que estaria sendo vítima de uma perseguição para, em seguida, responder de maneira irônica propondo a “Aninha” solucionar seus problemas, fazendo ainda referência à “cartinha” onde a ministra criticara o orçamento destinado à pasta, gerando mal estar com a Presidência (Globo, 2012b).

A mesma mescla de referências pode ser observada em comentários e especulações acerca da entrada de Marta Suplicy: *“Tristeza é vc ganhar um ministério pra subir num caminhão. E a cultura tem que aguentar”*; ou ainda *“e que a marta nos surpreenda positivamente, para que todos os artistas possam 'relaxar e gozar' :D.”* Nestes casos, articulava-se ao sentimento de quem escreve – tristeza, no primeiro post, e aparente satisfação, no outro – versões de por que Ana de Hollanda caiu (a alusão a que o Ministério teria sido dado à Marta em troca de seu apoio à candidatura de Haddad), e ainda referências à trajetória anterior da nova ministra (sua atuação profissional como sexóloga).

É importante destacar que, nessas manifestações, modos comunicacionais que a princípio podem ser considerados distintos estão articulados: rumores, notícias, discursos oficiais e declarações pessoais estão associados uns aos outros, chegando a borrar as fronteiras entre essas diferentes modalidades de fala. É isso, na verdade, que permite trabalhar neste artigo manifestações tão diversas. Assim como no trabalho de Trajano Filho (2000), o recorte foi etnograficamente dado e mesclou elementos a princípio diversos porque eles se apresentaram, em campo, como um conjunto coordenado. Suspeito que o fato de se tratar de um contexto de disputas políticas seja relevante para que ocorra esse tipo de associação entre distintas modalidades de fala. Nesse cenário, as pessoas estão especialmente preocupadas em manter-se atualizadas e em saber acionar estrategicamente informações. Além disso, por terem relativo acesso

aos bastidores do Ministério e de Brasília, acreditam também ter acesso privilegiado a situações, conversas e relações que não são publicizados em discursos oficiais ou na mídia. Trata-se, desta forma, de um contexto especialmente fértil para rumores.

Estas são apenas algumas ideias iniciais, que precisam ser aprofundadas em trabalhos futuros. As análises de Trajano Filho (2000) e Veena Das (1998) a respeito das relações entre diferentes modos comunicacionais e os rumores são duas inspirações úteis para tanto, e permitem afirmar ser impossível separar de maneira absoluta rumores de discursos oficiais e de notícias, posto que os três se retroalimentam. O que podemos observar é que rumores se apoiam em “verdades” oficializadas, ao mesmo tempo em que jornalistas escrevem matérias onde dados centrais são atribuídos a fontes que não quiseram se identificar. O tratamento das piadas como discurso não-oficial ou subalterno, em contraposição a um discurso oficial ou dominante (Filho, 2000; Fonseca, 2000), também deve ser matizado pois, na prática, eles não se dão por separado e estão intimamente entrelaçados. Um interessante exemplo é o excerto de uma entrevista com Ana de Hollanda – a primeira depois de ter deixado o cargo de ministra – em que ela é questionada se sua demissão teria se dado por um arranjo político para garantir o apoio de Marta Suplicy a Fernando Haddad na disputa pela Prefeitura de São Paulo (Folha, 2012). Sua resposta foi: “Sobre isso eu não quero falar. É coisa política mesmo. E não foi só a Marta, foram mais coisas. Foi tudo por causa de São Paulo, eu sei.” O que significa tal resposta? Uma maneira de não responder e, ao mesmo tempo, concordar com o que estava formulado na pergunta? Ou Ana estaria se referindo a alguma outra questão política que não o apoio à candidatura de Haddad? Talvez alguma disputa com setores petistas ligados à cultura em São Paulo? Impossível saber. O fato é que esse tipo de colocação tem o interessante efeito de fazer com que *rumores*, podendo ser ancorados a *notícias* e *falas oficiais*, ganhem ares de verdade e legitimidade.

Essa mistura de referências, é, na verdade, natural, e apenas pode surpreender ao analista que equivocadamente procura reencontrar na realidade empírica a pureza de suas categorias eurísticas. Contudo, ser natural não implica em ser transparente, de modo que restam muitos elementos extremamente instigantes e interessantes a serem analisados. A capacidade de aliar informações e modos comunicacionais distintos é uma arte refinada que, pelo menos neste caso, parece estar a serviço de uma série de disputas pela construção de verdades e narrativas. Impossível não lembrar aqui das

considerações de Veena Das sobre a “batalha em torno das palavras” e sobre o perigo e humilhação de não saber como controlá-las (Das, 1999, p. 34). Havia, no contexto analisado, uma disputa, e ela era relativa às políticas públicas para a cultura no Brasil e, mais especificamente, às categorias de sujeitos ali presentes. Foi muito repetido que, durante os governos Lula, o Ministério da Cultura passou por uma reestruturação que ampliou o conceito de cultura e abriu espaços para a participação da sociedade civil. A criação de conselhos, colegiados e conferências está diretamente associado à emergência de alguns dos novos atores e sujeitos políticos que surgiram na cultura: representantes das mais diversas manifestações culturais encontraram, ali, um espaço para reivindicar e participar da construção das políticas culturais. E esse é um processo que se deu tanto em termos conceituais quanto institucionais, posto que à redefinição do conceito correspondeu a criação de novos espaços institucionais e de toda uma nova linha de programas do ministério visando apoiar os fazeres artísticos e culturais desses novos sujeitos culturais.

Se lembrarmos da observação de Didier Fassin (2005) de que dar direitos é hierarquizar, posto que implica na construção de um sistema específico de categorias, nos corresponde perguntar: quais sujeitos culturais e políticos emergiram dessa reestruturação e dos embates que se seguiram? Nos discursos oficiais do Ministério da Cultura, a reestruturação da área é apresentada como resultado de uma ampliação e redefinição dessa noção: para além do sentido restrito e tradicional que associa o termo às belas artes e à cultura erudita, a partir da gestão Gil, o MinC passou a definir cultura como tendo três dimensões básicas: cidadã, econômica e simbólica, “adotando uma abordagem antropológica abrangente” (MinC, 2007, 12). Não mais apenas as clássicas linguagens artísticas (música, dança, artes visuais, literatura, teatro...) seriam reconhecidas oficialmente pelo Estado como cultura: grupos e projetos associados à cultura digital, à mobilidade urbana e ciclismo, a grupos quilombolas, a associações de bairros e outros exemplos dos mais diversos também puderam se inscrever em editais do Ministério, e tiveram a possibilidade de ter representantes presentes nos espaços institucionais de discussão sobre políticas culturais.

Portanto, a percepção que estava então colocada entre os representantes da sociedade civil era a de que as gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira haviam construído mais diálogo, e com um maior número de setores. Eles percebiam-se também

como autores da “política nacional de cultura” que estava sendo construída. E sentiam que tudo isso estava sob ameaça na gestão Ana de Hollanda.

Considerações Finais

A frustração, a raiva, a tristeza e o descontentamento era gritante entre os representantes da sociedade civil pois, como vimos, a gestão Ana de Hollanda foi o primeiro momento de ruptura com um clima de otimismo e esperança instaurado desde a gestão de Gilberto Gil no MinC. Na avaliação de diversos informantes, tamanha frustração foi fonte de uma grande desmobilização – que se evidenciou, por exemplo, na pífia participação que o processo eleitoral de renovação dos colegiados setoriais e do CNPC alcançou.⁹ Trata-se de um claro exemplo de como emoções agem sobre ações e relações sociais. A desmobilização não foi, contudo, a única resposta; houve também aqueles representantes que, segundo seus próprios termos, decidiram “resistir” e “ficar” para cumprir com a responsabilidade assumida – mesmo que o impacto de suas presenças e ações fosse mínimo, para não dizer nulo. Ficaram para “denunciar”. Suas armas foram atos de fala: algumas, oficiais (cartas, moções, declarações públicas dos Colegiados e do CNPC); outras, não-oficiais (piadas e relatos “sinceros” e “apaixonados” sobre a ministra).

Disputas pelo direito a existir como categoria; ao mesmo tempo, disputas em torno de narrativas. Emoções e sentimentos, como linguagem ou idioma, emprestaram uma das gramáticas e um dos vocabulários utilizados nessa batalha. Pois a ação das emoções – ou seu “trabalho”, para utilizarmos um termo de Das (2011) –, corporificada em comentários, piadas e documentos oficiais, foi exercida sobre relações, e a partir de relações. Ela disputou a construção das narrativas sobre o MINC; sobre as políticas culturais no Brasil; sobre quem são os agentes que estão ali em disputa, quais seus interesses e valores; e sobre o que, afinal de contas, aconteceu em determinadas situações. O que estava em jogo, portanto, era a construção de algumas verdades, e a legitimação de algumas categorias. E verdades, como nos lembram Ross, não são

⁹ A metodologia escolhida para o processo de renovação dos Colegiados Setoriais e do Conselho Nacional de Cultura foi fortemente criticada pelos representantes da sociedade civil, e foi um dos principais embates travados entre eles e o Ministério. A eleição final, que deveria ter acontecido em início de 2012, foi adiada diversas vezes, e terminou por acontecer apenas em dezembro do mesmo ano – já sob a gestão de Marta Suplicy. Os resultados alcançados, em termos de participação, foram pífios. Para uma descrição dos conflitos que cercaram essa eleição e os números alcançados, ver Muniagurria (2013).

neutras, são práticas políticas (2006, p. 55).

As fofocas, rumores e piadas, como vimos, falavam da ministra mas, também, falavam de quem falava. Os trabalhos clássicos sobre fofoca podem ser aqui aproveitados para finalizar esta reflexão acerca das manifestações jocosas e apaixonadas sobre Ana de Hollanda: fofocas são um fenômeno social que está associado aos valores do grupo; são um fenômeno significativo, tanto em termos de sua recorrência (costumam ser extensos e endêmicos) quanto das possibilidades interpretativas que abrem. Tal qual as emoções, são ao mesmo tempo uma linguagem e uma prática que têm o poder de constituir e reforçar fronteiras internas e externas (Epstein, 1969; Fonseca, 2000; Gluckman, 1963). A várias manifestações apaixonadas aqui descritas falam, portanto, de um entendimento ao mesmo tempo pessoal e compartilhado de política pública e de atuação política. Falam, ainda, de um entendimento do que é gestão pública e, particularmente, gestão pública para a cultura.

Materiais e fontes:

Folha. *Ana de Hollanda é meio autista, diz Emir Sader*. Notícia publicada em 27 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/881609-ana-de-hollanda-e-meio-autista-diz-emir-sader.shtml> Acessado em 17 de dezembro de 2012. 2011a.

_____. *Gestão de Ana de Hollanda é desastre, afirma ex-ministro da cultura*. Notícia publicada em 22 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1065045-gestao-de-ana-de-hollanda-e-desastre-afirma-ex-ministro-da-cultura.shtml> Acessado em 17 de dezembro de 2012. 2011b.

_____. *'Virei a Geni', diz a ex-ministra Ana de Hollanda*. Entrevista publicada em 9 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1197635-virei-a-geeni-diz-ex-ministra-ana-de-hollanda.shtml> Acessado em 17 de dezembro de 2012. 2012.

Globo. *Ana de Hollanda é o 13º ministro a deixar o governo Dilma*. Notícia publicada em 11 de setembro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/ana-de-hollanda-o-13-ministro-deixar-governo-dilma-6059739> Acessado em 17 de dezembro de 2012. 2012a.

_____. *Carta de Ana de Hollanda com reclamação do orçamento do MinC repercutiu mal no governo*. Notícia publicada em 27 de agosto de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/carta-de-ana-de-hollanda-com-reclamacao-do-orcamento-do-minc-repercutiu-mal-no-governo-5912031>

Acessado em 17 de dezembro de 2012. 2012b.

MINC. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. MinC: Brasília: 2007.

Referências:

BARBALHO, Alexandre. “Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença”. In: RUBIM, Antônio Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

BOTELHO, Isaura. “A política cultural e o plano das idéias”. In: RUBIM, Antônio Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

CALABRE, Lia. “Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas”. In: RUBIM, A.; BARBALHO, Alexandre(orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

_____. *Políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: FVG, 2009.

_____. “Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970”. Artigo. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=260 Acessado em 15/08/10. 2010.

COHN, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

DAS, V. “Official narrativs, rumour and the social production of hate”. In: *Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, v. 4, n. 1, p. 37-41, 1998.

DAS, V. “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. In: *RBPC*, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

DAS, V. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. In: *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, dez. 2011.

EPSTEIN. “Gossip, norms and social network”. In: MITCHELL, J. C. (Ed.). *Social networks in urban situations: analyses of personal relationships in Central African towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969. p. 117-127.

FASSIN, D. “Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France”. In: *Cultural Anthropology*, v. 20, n. 3, p. 362-387, 2005.

FILHO, W. T. *Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau. Série Antropologia, 279*. Brasília: DAN-UNB, 2000.

FONSECA, C. “Humor, honra e relações de gênero”. In: *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 133-164.

GLUCKMAN, M. “Gossip and Scandal”. In: *Current Anthropology*, v. 4, n. 3, p. 307-

316, 1963.

- GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LUTZ, C.; WHITE, G. M. “The anthropology of emotions”. In: *Annual Review of Anthropology*, v. fev, n. 16, p. 297-325, 1986.
- MICELI, Sérgio. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MUNIAGURRIA, Lorena Avellar. “Espaços participativos no Ministério da Cultura brasileiro: crises e disputas na construção de políticas públicas para a cultura”. 2013. X Reunião de Antropologia do Mercosul: Situar, actuar e imaginar antropologías desde el Cono Sur. Córdoba – Argentina, 2013.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumar; NUAP, 2002.
- REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- ROSS, F. “La elaboración de una Memoria Nacional: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica.” In: *Cuadernos de Antropología Social*. UBA, n. 24, p. 51-68, 2006.
- RUBIM, Antonio. “Políticas culturais entre o possível e o impossível”. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: 2006.
- _____. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, A.; BARBALHO, Alexandre (orgs.) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.
- _____. “Conselhos de cultura” In: Rubim, A; Fernandes, T.; Rubim, I. (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. UFBA: Salvador, 2010.
- TATAGIBA, Luciana. “Os conselhos e a construção da democracia no Brasil”. In: Rubim, A; Fernandes, T.; Rubim, I. (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. UFBA: Salvador, 2010.